

PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO VALE DO CEDRO

Antenor Roberto Pedroso da Silva¹

Mestre em Agronegócios pela UFG

Professor da Área de Gestão da Escola Técnica Federal de Palmas – TO

RESUMO

O turismo é uma atividade que pode ser utilizada para complementação de emprego e renda nas pequenas propriedades. Quando esta é uma atividade bem programada, pode trazer grandes benefícios para a população do local onde é implantada. Mas, quando esta atividade é implantada em uma localidade sem um planejamento adequado, ela pode trazer mais prejuízo do que benefícios para a localidade, pois pode desconfigurar a cultura local, fazendo com que os princípios que levaram a comunidade a adotar a atividade turística se tornem irrelevantes e a mesma adote essa atividade como única em sua propriedade e não como uma complementação de renda. Esse processo pode fazer com que essa mudança leve a prejuízos, como a perda de identidade. Este artigo pretende mostrar a realidade onde a atividade sem estrutura levou a uma mudança nos costumes e causou prejuízo para a comunidade envolvida.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo rural, assentamentos, desenvolvimento local, pluriatividade.

¹ E-mail: beto@etfto.gov.br

1. INTRODUÇÃO

O turismo é hoje uma das maiores fontes de emprego e renda no mundo em que vivemos. Mundo que aposta na globalização econômica, onde a tecnologia e o desejo de consumo encurtam as distâncias. Todo mundo quer viajar. O futuro chegou e, com ele, o turismo cresceu de importância.

Carvalho (2001)², então Presidente da EMBRATUR e Membro do Conselho Estratégico da Organização Mundial de Turismo, assinala que a atividade turística reduz o desemprego. Ao tratar do turismo no mundo e nas Américas, ele demonstra que “a indústria de viagens e turismo é, hoje, considerada como a maior fonte de geração de empregos no mundo; em 1996, foi responsável pela absorção de 265 milhões de trabalhadores (1 em cada 9)”.

Ainda Carvalho³ (2001), afirma que, “segundo matriz insumo-produto do IBGE, o turismo impacta 52 segmentos diferentes da economia, empregando, em sua cadeia, desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utilizam desde alta tecnologia (transportes e comunicações) até as de menor qualificação, tanto no emprego formal quanto no informal”. E, apoiado em informações da OMT, ressalva ele:

no Brasil, os dados da World Travel and Tourism Council relativos a 1994 (compilados pela WEFA), apontam que a atividade turística, direta ou indiretamente, era responsável pela manutenção de 5,8 milhões de postos de trabalho (1 em cada 11 trabalhadores). Este resultado deve-se, principalmente, ao desempenho da função do turismo doméstico, uma vez que, do total de 560 milhões de viagens internacionais realizadas naquele ano, o Brasil participou com apenas 0,4%. (CARVALHO, 2001)

Faltam informações exatas sobre a alocação da mão-de-obra pelo turismo, nas Américas, no biênio 1996/1997. Mas, no aspecto mundial - e sem discutir filigranas estatísticas, mesmo porque há, sempre, desigualdades entre indicadores de uma fonte de pesquisa em relação à outra - a EMBRATUR e a OMT admitem, segundo Carvalho (2001) a geração de 22,5 milhões de empregos, em 1996, e de 23 milhões, em 1997. E, com a autoridade de Presidente da EMBRATUR, ele afirma que o turismo tem a peculiaridade de gerar vagas em áreas com desemprego estrutural, como centros de cidades e áreas rurais, além dos postos de ocupação em micro, pequenas e médias empresas.

Além de ser um grande sonho de consumo, as pessoas têm muitos motivos para viajar: negócios, lazer, saúde, cultura, esportes e aventura, religião e muitos outros. O Brasil tem atrativos de sobra para quem quer viajar: belezas naturais, praias, florestas, cidades históricas, cidades modernas, centros industriais, um rico calendário de festas e eventos, culinária, festivais de música e arte, acontecimentos esportivos, estações de cura e mais de uma infinidade de motivos para atrair turistas internos e também do exterior. Por isso, podemos afirmar que o Brasil é o país do turismo.

O setor rural brasileiro vivencia um momento caracterizado pela transição, que certamente contribuirá para a definição de novos rumos. Iniciamos o século XXI participando efetivamente do processo de inserção da nossa realidade em um mundo globalizado.

Produtores rurais em suas bases agrícolas, assim como todos os outros setores da economia nacional, abrem suas propriedades para um cenário mundial de competitividade, que exige produtos/serviços e estratégias empresariais compatíveis com os novos padrões vigentes.

Analisando o setor agrícola de nosso país, desde os primórdios até a sua atualidade, constata-se que houve vários momentos de marcantes transformações no processo evolutivo e que ao longo dos anos, muitos foram os produtores que se adaptaram a estas transformações que o momento exigia. A realização de mudanças nas formas de sobrevivência até então existentes, ocorreu pela utilização de novas estratégias que permitiram, pelo menos, a rentabilidade e a satisfação mínima para manutenção do homem no campo. Estas estratégias surgiram a partir do reconhecimento e da percepção da realidade que permeava seu cotidiano produtivo, garantindo a visão sistêmica da propriedade e possibilitando a realização do planejamento administrativo. Esta forma de gerenciar, através do

² CARVALHO, C. L. Como a indústria do turismo pode ajudar o País a superar as dificuldades econômicas e reduzir nossas desigualdades sociais. EMBRATUR: Brasília, 2001.

³Carvalho, Caio Luiz de, ob. cit, p. 2

planejamento detalhado das tarefas, reconhecimento do funcionamento das partes e das alternativas de ações efetivas, colaboraram para que novas possibilidades de atividades fossem vislumbradas pelos proprietários rurais.

Nota-se que a percepção para um melhor aproveitamento do ambiente rural permite a introdução de novas atividades que garantem outras fontes de renda para o produtor e, conforme o caso, a agregação de valores aos seus produtos. Desta forma, a exploração do turismo no espaço rural é vista como uma das alternativas, possibilitando observar o surgimento de um novo tipo de proprietários de terra. Esta geração de produtores, agora denominados empresários do setor rural, também configura-se como estrategista, que participa da procura por metodologias administrativas com o objetivo de criar programas e projetos originais para o meio. Contudo, é necessário avaliar esta nova realidade vivenciada por alguns empresários e a viabilidade de sua permanência no meio rural.

Tais afirmações refletem uma situação na qual estimula-se o agricultor a buscar atividades não-agrícolas, para superar os problemas comuns e constantemente comentados do setor, sejam relacionados aos altos custos de produção, às interferências de fatores climáticos, à desvalorização das terras e às baixas taxas de retorno sobre investimentos.

A Tabela I, apresenta dados que representam a migração do agricultor para o trabalho não-agrícola, podendo-se observar que as atividades relacionadas à prestação de serviços foram aquelas que apresentaram maior taxa de crescimento, seguida pelos serviços auxiliares a atividades econômicas, serviços sociais e pelos trabalhos diretamente relacionados à indústria da construção. Tais dados, permitem a visualização daqueles setores que na atualidade estão auxiliando ou permitindo a sobrevivência do homem do campo.

Tabela I - População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil, 1981/1998. (milhão de pessoas)

População	Milhão de Pessoas			Taxa anual (% ^{aa})			
	1.981	1.992	1.998	81-92 ^a		92-98 ^b	
Total ©	119,7	145,4	158,2	1,8	***	1,4	***
Urbana	85,2	113,4	125,9	2,6	***	1,8	***
Rural	34,5	32,0	32,3	-0,7	***	0,0	
“PEA restrita” Rural	13,9	15,0	14,8	0,7	***	-0,5	
Ocupados	13,8	14,7	14,2	0,6	***	-0,8	**
Agrícola	10,7	11,2	9,6	0,4	***	-2,4	***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2	***	3,6	***

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

c) Não inclui a população rural da Região Norte, exceto o estado de Tocantins

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Julho 2000

Dados das PNADs⁴ mostram que a PEA não-agrícola do meio rural brasileiro, em 1997, era de aproximadamente 4 milhões de pessoas, com uma taxa de crescimento anual no período de 1992/97 de 2,5%. A PEA agrícola, por sua vez, era de 10 milhões de pessoas, havendo uma taxa de decréscimo de 2,2% ao ano, no mesmo período⁵. Entre os ramos de atividades não-agrícolas, destacam-se, em número de pessoas e em ordem decrescente, a prestação de serviços, a indústria de transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, e a indústria da construção civil. Quanto à ocupação principal não-agrícola, destacam-se em 1997, em número de pessoas e em ordem decrescente: serviços domésticos, pedreiro, serviços por conta própria, professores de primeiro grau e balconistas.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo IBGE.

⁵ Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999.

É evidente a tendência de que as atividades não-agrícolas cada vez mais se constituem em formas alternativas e/ou complementares de geração de renda no meio rural. Entre elas se destacam também atividades ligadas ao lazer e de turismo no meio rural. Embora não seja possível quantificar a importância econômica dessas atividades, a PNAD de 1997 indica que existiam quase 250 mil pessoas residindo em áreas rurais no país que estavam ocupadas em atividades de comércio e prestação de serviços, tais como hospedagem, restaurantes, diversões e lazer, arte e decoração, organizações culturais e esportivas e comércio de produtos naturais e artesanais. Portanto, as atividades turísticas promovem o desenvolvimento de muitas outras atividades correlatas, contribuindo para o desenvolvimento de regiões e locais específicos, com melhoria na qualidade de vida da população local.

Assim, cada vez mais tem-se evidenciado que a agricultura não pode ser a única base econômica para o desenvolvimento do meio rural no longo prazo. A possibilidade de se incorporar outras alternativas econômicas ao meio rural tem sido a estratégia adotada por muitos países com vistas a manter o homem no campo, com melhoria de sua qualidade de vida por meio do aumento de sua renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções.

O turismo no espaço rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local⁶, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, que haja controle dos processos de desenvolvimento por atores sociais locais, e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados. O turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes. Pode-se dizer que ele é local, em cinco níveis: é de iniciativa local, de gestão local, de impacto local, é marcado por paisagens locais e valoriza a cultura local (Groulleau, 1994; citado por Almeida & Blós, 1997). Sob esse novo enfoque, o turismo no espaço rural tradicional, que tem por princípio trazer programas e capital de fora, não é a estratégia mais apropriada. Essa atividade turística passou a considerar o potencial da comunidade local e as diversidades geográfica, cultural e ambiental das áreas rurais, devendo então se basear na interação e integração entre os seus diferentes atores – Estado, instituições privadas e comunidade local.

Posto isso, neste trabalho aborda-se o Turismo no Espaço Rural, considerando-o como toda atividade turística existente neste espaço, independente de estar relacionada ou não a sistemas produtivos agropecuários, considerando-o não só como uma estratégia para amenizar os problemas imediatos encontrados no interior do Brasil, mas também como uma opção estratégica para a empresa rural brasileira. Desta forma, a partir da descrição do panorama do setor rural e do turismo no espaço rural, são definidos e avaliados os pontos fortes e fracos desta nova atividade, sugerindo estratégias para o aproveitamento das oportunidades existentes no ambiente. Tal análise faz-se necessária, para que se possa gerar a reflexão sobre a necessidade de encontrarmos alternativas que contribuam na solução de uma parcela dos problemas econômicos e sociais enfrentados pela Nação na atualidade.

2. O ADVENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL

O turismo se tornou um fenômeno tão amplo que diversas são as razões que se escondem atrás do fato de uma pessoa ser turista. A viagem a negócios, os congressos, os motivos religiosos, as condições de saúde, competições esportivas ou mesmo “hobbies” esportivos, a cultura, a educação e o prazer, incluindo férias, descanso, mudanças de ambiente e de ar, são apenas alguns exemplos.

Já para Almeida (1999, p. 184),

o vocábulo turismo tem origem em uma completa mistura semântica entre as línguas francesa e inglesa servindo para designar tanto uma ação como uma função; de um lado refere-se aos fluxos, às motivações e aos tipos de deslocamento pertinentes à atividade, de outro, diz respeito às empresas e deslocamentos pertinentes à atividade e de outro diz respeito às empresas e agências receptoras, às transferências de capitais e aos aménagements espaciais.

Devem ser admitidos como tipos de turismo os seguintes: turismo de férias, turismo cultural, turismo e negócios, turismo desportivo, turismo de saúde, turismo religioso e turismo em áreas rurais.

⁶ O desenvolvimento local é um desenvolvimento desde a base, ou seja, de baixo para cima; é autocentrado, pois prioriza as decisões comunitárias em relação aos planos gerais de desenvolvimento; e é endógeno, pois mobiliza os recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento (Pérez & Giménez, 1994; citado por Almeida & Blós, 1998).

A idéia de receber turistas no meio rural, cobrando pelos serviços prestados, não é nova. Esse tipo de oferta turística surgiu na Europa, nos anos 1950, de maneira informal, com um fluxo de turistas de forma espontânea, quase que exclusivamente para saborear a gastronomia do campo e caminhar pela mata.

Oxinalde (1994) considera que “o turismo rural engloba modalidades de turismo *que não se excluem e que se complementam*”, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma do ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, turismo de aventuras e agroturismo”. Na mesma linha, Cals, Capelà e Vasquè (1995, p. 23) consideram mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais. Os autores reservam a expressão de “turismo rural” para aquelas atividades que, em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura.

Já Graziano da Silva (1998) utiliza a denominação “turismo em áreas rurais”⁸ para englobar não só aquelas atividades de serviços não agrícolas, tradicionalmente denominadas de “turismo rural ou agroturismo”⁹, como também as de lazer realizadas no meio rural, denominadas de turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de negócios e turismo de saúde. Para ele, essa distinção é importante, porque, em geral, as atividades ligadas a outras modalidades de turismo que não o agroturismo – como o spa rural, centro de convenções, ecoturismo – são realizadas em determinadas regiões que, por sua condição própria, possuem atrações, despertando o interesse e a curiosidade das pessoas. Ou seja, são atividades não-agrícolas localizadas do ponto de vista estritamente geográfico em zonas rurais, mas externas às propriedades agropecuárias da região onde se instalam, que nada tem a ver com suas rotinas cotidianas, constituindo-se num mundo à parte e, às vezes, num verdadeiro enclave.

Observa-se que esta é uma atividade antiga, com diversas conceituações e princípios. Em algumas partes do mundo, como nos Estados Unidos e Nova Zelândia, é possível encontrar a modalidade de turismo rural voltada para as *farm houses* ou *country vacations*, que surgiu do hábito dos rancheiros norte-americanos cederem espaço em suas terras para acolher viajantes, visitantes e pescadores. Antes este era um acolhimento gratuito, mas no decorrer do tempo, os rancheiros perceberam que poderia ser uma atividade lucrativa que aumentaria a renda dentro da propriedade. (EMBRATUR, 1994).

Em países europeus como a França, Espanha, Portugal e Irlanda, é habitual receber turistas no campo. Historicamente tem-se notícias da existência de famosos “paradores”, como o de Santiago de Compostela na Espanha, visto como abrigo de viajantes e caçadores, com acomodações à baixos custos.

Em Portugal, o Turismo Rural é caracterizado pelo acolhimento familiar, sendo classificado como: “Turismo de Habitação” que ilustra-se pelas suas casas apalaçadas ou residências de valores arquitetônicos no campo; “Turismo Rural”, em casas rústicas de quintas e fazendas inseridas no meio rural e o “Agroturismo”, como sendo aquele diretamente integrado a uma exploração agrícola, no qual o turista participa das atividades (Idem, 1994). Mas, vale ressaltar que as atividades relacionadas ao turismo no meio rural em outros países, nem sempre podem ser comparadas ou servirem de modelo para o turismo rural brasileiro, visto que as realidades ambientais e sociais são bem diferentes.

O Brasil é um dos países com o maior potencial turístico do mundo, apesar de ser pouco explorado. Seu território tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, faz divisa com 10 diferentes países e possui grande riqueza natural, representada por imensa costa marítima, inúmeros rios, lagos e montanhas, fauna e flora riquíssimos que indicam este potencial (Idem, 1994).

No Brasil, a atividade no meio rural se amplia, pois, na maioria dos casos, trata-se do convívio do homem urbano junto ao campo. Este convívio ocorre de inúmeras maneiras. Pode ser através de uma caminhada junto à natureza, um passeio de bicicleta, ou pelo relacionamento com uma família de trabalhadores rurais. Sendo assim, o conceito de turismo rural é muito extenso, não podendo ser dimensionado usando-se somente os exemplos locais ou regionais.

O turismo no espaço rural brasileiro é recente e ainda se confunde em múltiplos conceitos, como turismo de interior, o agroturismo, o turismo alternativo, endógeno, turismo verde, ecoturismo, turismo de rotas agrícolas, roteiros ou circuitos no meio rural, pesque-pague, entre outros. Desta forma, pode-se entender esta prática como toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional. Trata-se de uma atividade capaz de integrar-se ao processo produtivo cotidiano da propriedade rural, como a pecuária leiteira, o plantio do milho, entre outras. Além disso, permite também a integração e o fortalecimento de novas atividades agropecuárias como o cultivo de ervas medicinais e a criação de animais silvestres (javali, capivara, avestruz, aves exóticas, etc.), que são ao mesmo tempo atrações turísticas e fontes de renda a serem consideradas.

⁷ grifo do autor.

⁸ Aspas do autor.

⁹ Idem.

Ressalta-se, baseado em Almeida e Blos (1998), que o turismo no espaço rural pode incrementar as coletividades locais, sem suprimir a atividade agrícola tradicional.

Segundo Zimmermann (1996), os pioneiros desta atividade no Brasil surgiram no município catarinense de Lages, no sul do país. Esta região, antes de ser considerada a capital nacional do turismo rural, era somente um ponto de parada na travessia entre o planalto serrano catarinense e o Estado do Rio Grande do Sul. A base de sua economia eram a pecuária praticada nas inúmeras propriedades existentes e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foi necessário buscar alternativas de mudanças e, em 1986, alguns produtores resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo a propriedade rural para visitantes que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Inicialmente, o visitante chegava na propriedade ela manhã para tomar o café e nela permanecia até o anoitecer, participando das atividades como a tosa das ovelhas, a doma dos potros, inseminação artificial, entre outras atividades. Mais tarde, estas práticas foram chamadas de "agroturismo"¹⁰, dando origem a outras como as fazendas-hotéis ou hotéis-fazenda, que forneciam pouso aos turistas. Receber o turista não só para visita mas também para o pernoite exigiu uma nova e ampla concepção empresarial pelos proprietários rurais, podendo ser considerada como uma das etapas da implantação do turismo no espaço rural.

Atualmente em Lages, encontramos atividades relacionadas com agroturismo, fazendas-hotéis, hotéis-fazenda e lazer, pousada, ecoturismo e turismo de aventura, tendo como característica o aproveitamento das peculiaridades de cada propriedade e de seus proprietários, criando assim a primeira rota de "Turismo no Espaço Rural". Esta alternativa permitiu, em muitos casos, que as propriedades mantivessem suas práticas produtivas de forma ativa e fortalecida, tanto pela agregação de valores aos produtos como pela renda extra obtidas com estas atividades. Oliveira (1997) ressalta que certas especificidades de sistemas agrícolas e ecossistemas despertam uma atração peculiar, estimulando naturalmente o turista, as quais ocorrem, por exemplo, em Lages e outras regiões.

No Brasil, várias são as regiões que possuem características que favorecem as atividades turísticas no meio rural. No Rio Grande do Sul, os municípios da "Quarta Colônia", uma região rica em tradição e cultura, apresentam uma programação de lazer ligada à natureza e às áreas rurais. Já na região Sudeste, todos os Estados têm características adequadas para a implantação de atividades do turismo no espaço rural. Os exemplos mais significativos estão no interior paulista, especialmente em cidades como Amparo, São José do Barreiro e Mocóca (com belas e antigas fazendas); em Minas Gerais é verificada uma vocação peculiar para as chamadas rotas do "Agroturismo", como as rotas da cachaça, do queijo, das flores, valorizando a riqueza rural, juntamente à grandes empreendimentos voltados para os hotéis-fazenda que utilizam como estratégia de ativação os valores históricos e arquitetônicos que muitas propriedades ainda mantêm; no Estado do Espírito Santo observa-se um grande desenvolvimento do turismo no espaço rural, principalmente na região e montanha, como nas cidades de Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante, onde a tendência é para o "agroturismo" e no Rio de Janeiro destaca-se a "Rota do Café" na região de Vassouras, que compreende os casarios coloniais de forte conotação histórica e a "Rota da Truta" nas regiões serranas. No Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, desenvolvem-se atividades mais relacionadas com o ecoturismo, hotéis-fazenda e pousadas-rurais, nas regiões do Pantanal. Na Bahia a "Rota do Cacau", consorcia grandes fazendas cacaueiras com atividades turísticas e em Pernambuco, o "Roteiro dos Engenhos".

Fazendo-se tais observações, infere-se que a questão essencial do "Turismo no Espaço Rural" no Brasil é a procura pela preservação e conservação do ambiente rural, desenvolvendo as bases locais e valorizando a cultura e o regionalismo, permitindo a integração do visitante com a história local, seja através da arquitetura, dos objetos, de fotografias, entre outros.

Para melhor entendimento deste estudo, alguns termos que serão utilizados sobre as atividades que podem ser praticadas no espaço rural e os empreendimentos que podem ser construídos neste espaço são detalhados abaixo:

- Hotéis-fazenda são propriedades inseridas no espaço rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias; podem ser caracterizadas pelo grande investimento financeiro inicial necessário para a adaptação ou construção de suas instalações voltadas para o turismo rural com pernoite e a manutenção do pessoal de serviço qualificado e consciente de seu papel de prestadores de serviço. Outro fator observado é o interesse por determinados nichos de mercado, mantendo atendimento diferenciado à grupos de idosos, ou , em alguns casos, grupos de jovens, excursões, recebimento de pequenos grupos, grupos empresarias e famílias.
- As Fazendas Hotéis são propriedades rurais que mantêm as atividades relacionadas com o campo em seu cotidiano. Elas utilizam como estratégia de ativação a adaptação parcial de sua estrutura para receber o

¹⁰ Aspas do autor.

turista e oferecer acomodações sem perder suas características naturais, permitindo ao turista vivenciar e conviver, mesmo que só parcialmente, o ambiente da "roça", incluindo a gastronomia regional como uma das atrações, além do churrasco, da conversa ou prosa na fogueira, entre outras, de acordo com peculiaridades e tradições da região.

- O Agroturismo pode ser visto como uma atividade de turismo, que visa a valorização da região, seu ambiente e o produto rural. Neste caso, o turista vai à propriedade para passar algumas horas, participar de pelo menos uma refeição, de atividades típicas como ordenha e busca conhecer produtos específicos da região visitada, como a cachaça, o queijo, o vinho, etc.
- O Turismo Rural de Evento pode ser caracterizado como toda a atividade temporária ou momentânea, como rodeios e festas folclóricas. Nesta categoria a propriedade rural abre seu espaço para promoção de eventos não só para os conhecidos como era o hábito, mas para turistas, que irão lá participar da atividade, gerando receitas para a propriedade.
- O Ecoturismo é uma alternativa que pode gerar renda e agregar valores aos produtos rurais, pois o turismo é oferecido como base cultural e ecologicamente sustentável, incentivando a preservação dos recursos naturais e despertando a consciência ambiental. Ressalta-se a possibilidade de incremento na renda da propriedade e, ao mesmo tempo, a conscientização sobre o meio ambiente, tanto por parte do empresário rural, como do visitante, pois percebem a importância da conservação das áreas. Considerando o grande enfoque dado atualmente às políticas de preservação ambiental, infere-se que esta é uma boa estratégia empresarial a ser adotada.

Além destas, Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, (1998) acrescentam outras tipologias além das já citadas: restaurantes rurais, chácaras de recreio e condomínios rurais, pesca amadora, turismo em rios e represas, complexos hípicas, leilões agropecuários, fazenda de caça e fazenda-escola.

O turismo pode e deve ser um dos elos da construção de um relacionamento respeitoso ao meio rural e, ao mesmo tempo, uma atividade que proporcione prazer ao visitante, visto que o mesmo pode retornar ao passado procurando suas raízes, ou então, buscar a experiência de vivenciar com intimidade o meio rural.

3. A PLURIATIVIDADE E O TURISMO RURAL NO BRASIL

Alguns municípios do Brasil, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul estão desenvolvendo diversos empreendimentos socioculturais, a partir da prática do turismo rural em áreas onde estão estabelecidas propriedades de agricultura familiar. De fato, a associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando que essa é uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento local. Potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas foram constante subaproveitadas por falta, tanto de políticas públicas locais como pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada no associativismo e cooperativismo, agora estão sendo exploradas de maneira sustentável. Por isso, se pode dizer que uma nova construção social rural está surgindo em alguns municípios brasileiros.

As "novas ruralidades"¹¹ aproveitam e expandem novas funções e atividades no campo, integrando e envolvendo as famílias rurais com o poder público e a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade¹² ou

¹¹ Os conceitos de "novas ruralidades" e de "novo rural" são equivalentes no sentido de apresentar uma constante e crescente diversificação de atividades não-agrícolas, além das tradicionais atividades agrícolas, no espaço rural.

¹² Quando um membro, pelo menos, de uma família rural exerce alguma atividade não-agrícola, seja atividade principal seja secundária, fica caracterizada a pluriatividade. Desse modo, as atividades que estão sob o conceito de pluriatividade servem como complemento à renda total da família rural, criando uma nova dinâmica no campo. Dependendo do que a região tem a oferecer, várias ocupações remuneradas podem ser consideradas pluriatividades, como as atividades da construção civil ou do comércio em geral. Para o presente artigo, focalizaremos a pluriatividade nos múltiplos empreendimentos socioculturais que estão surgindo no campo, a partir da associação entre a agricultura familiar e o turismo rural, com a comercialização da produção das famílias rurais e o resgate do patrimônio rural local.

multifuncionalidade¹³ do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro. Estão sendo criados múltiplos eventos com circuitos e rotas turísticas adequadas às tradições culturais e às condições naturais das regiões. Várias modalidades do turismo, como o turismo alternativo, turismo ecológico, agroturismo, entre outros, estão atraindo os moradores da cidade rumo ao campo.

Com efeito, o turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural. O produtor rural passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região. A relevância da atividade do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, na medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho no campo. Ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores das metrópoles. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, ou seja, a cultura do campo, passa despertar o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos. Compartilhar tradições gastronômicas e culturais que poderiam cair no esquecimento são resgates e valorizadas.

Pode-se comprovar que nessas regiões, o turismo tradicional de massa está dando lugar a essa nova forma de turismo mais pessoal e acolhedor. O turista convive e se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Conseqüentemente, há o resgate da auto-estima do homem do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e o desenvolvimento local. Nesse sentido, as atividades não-agrícolas assumem um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas atividades altamente estratégicas para o crescimento socioeconômico.

Com efeito, as novas atividades rurais estão desenvolvendo a mentalidade do empreendedorismo rural, provocando uma clara mudança no modo de encarar a pluriatividade no campo, pois se as atividades não-agrícolas não eram consideradas como fatores relevantes para o aumento da geração de renda e do nível de emprego no campo, o mesmo não se pode mais afirmar agora (Graziano da Silva: 1997; Del Grossi & Graziano da Silva: 1998; Schneider:2003b).

Esse novo momento no meio rural brasileiro faz com que a pluriatividade seja uma estratégia altamente positiva para a manutenção das famílias rurais no campo, de maneira digna e sustentável. Um dos reflexos possíveis é a diminuição do fluxo migratório da população do campo rumo à cidade, através do aproveitamento da força de trabalho rural em atividades com maior nível de remuneração. Além disso, o incremento do turismo rural nas unidades de agricultura familiar promove a manutenção e a reprodução socioeconômica das formas tradicionais de produção familiar nessas regiões. As propriedades familiares passam a ser encaradas como sistemas produtivos e orgânicos onde são agregadas as novas atividades, necessariamente, interligadas e integradas numa proposta concreta de sustentabilidade local, trazendo benefícios reais à geração de emprego e renda no campo.

A associação entre o turismo rural e a agricultura familiar tem despertado tanto interesse, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou uma linha especial de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Turismo Rural, para implementação de projetos em propriedades familiares, como: cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague, restaurantes típicos, etc. Outra medida foi a criação da Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de 100 instituições, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e o Ministério da Agricultura.

4. O ASSENTAMENTO VALE DO CEDRO

¹³ A multifuncionalidade, segundo (Cazella: 2003, 83) é “o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade”. Logo, tanto a pluriatividade como a multifuncionalidade no campo são conceitos complementares.

A Fazenda Vale do Cedro é histórica em Riverlândia, distrito localizado a 70 km da cidade de Rio Verde. Nos anos de 1950, aproveitando um atrativo natural presente nas suas terras, os proprietários decidiram construir uma usina hidroelétrica, que em sua constituição, deu origem à Cachoeira da Fama. Durante os anos de 1960 e 1970 essa fazenda foi de muita prosperidade, pois foi um dos locais que recebeu incentivos do PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), tornando-se altamente produtiva.

Nos anos de 1980, após a morte de seu proprietário, a fazenda entrou em declínio, pois os filhos não conseguiram mais repetir o sucesso do pai na agricultura. Com isso, a plantação de origem à criação de gado e, após isso, ao abandono total da área.

Depois de muita luta e espera por um grupo de agricultores sem-terra acampados na beira da rodovia BR 452, que liga Rio Verde ao Triângulo Mineiro, no ano de 1999, a fazenda foi considerada improdutiva e desapropriada pelo Incra. No mesmo ano, 19 famílias foram assentadas nessa propriedade, sendo que foi determinado que a fazenda seria de propriedade do Incra e o assentados vivendo em uma sociedade coletiva. No momento, foi fundada, ainda extra-oficialmente, a Associação Vale do Cedro. Foi dado a cada assentado um lote de um alqueire para que cada um tivesse sua agricultura de subsistência e um outro lote de quatro alqueires que foi destinado à plantação coletiva, de onde seria extraído o dinheiro para sustentar a agricultura de subsistência. Nessa área coletiva são plantados grãos, sendo eles milho e soja.

No ano de 2001, após uma invasão de terras na região, o Incra encaminhou mais seis famílias para morar na comunidade, mas ainda não oficializou esses assentados na área. Essas famílias utilizam a escola do distrito de Riverlândia e busca assistência médica e odontológica no mesmo local, mas quase sempre não são atendidos, segundo relatos impressionantes dos assentados.

No ano de 2001, a Prefeitura Municipal de Rio Verde construiu, em uma área próxima à Cachoeira da Fama, o Pólo Turístico Vale do Cedro. Respeitando a natureza, o conforto foi adaptado ao rústico da vida natural. O Pólo Turístico Vale do Cedro era para ser um exemplo de interação social e turismo ecológico. A Cachoeira é o atrativo principal. De dentro do restaurante e bar lanchonete, que foi construído especialmente para esse empreendimento e oferece banheiros com chuveiros, o visitante pode ver, a menos de 100 metros, a queda d'água de 15 metros de altura. Toda a jardinagem do local foi feita dentro da norma ecológica, pela área estar dentro de área de preservação do Ibama, e para que a originalidade do local não fosse atingida.

No projeto original, o pólo turístico era para ser administrado pela Associação Vale do Cedro, mas não foi isso o que aconteceu. Hoje, três anos após a sua inauguração, o que se observa é que os verdadeiros controladores do local foram pessoas contratadas pela Prefeitura Municipal de Rio Verde, que apenas usufruíram do local para benefício próprio, empregando as famílias dos assentados e, nem sempre, remunerando o trabalho dessas pessoas. Em agosto do ano de 2002, por pressão do Incra, a Prefeitura resolveu entregar a administração do local para os Assentados. Nesse instante percebe-se o estabelecimento de um problema. As famílias não pegaram o Pólo Turístico do jeito que ele foi construído. Segundo levantamentos feitos pela própria diretoria atual do local, as dívidas chegam à casa dos R\$ 3.000,00 e não há ninguém pronto para arcar com esse prejuízo. Além disso, o caixa foi deixado sem dinheiro e nada havia no estoque.

Durante as visitas realizadas no local, pode-se perceber que ele se apresenta descuidado. Após um minucioso passeio pelo local, foi fácil perceber a grande quantidade de lixo espalhado por toda área. O mato toma conta de alguns lugares e chega a ter o problema da proliferação de animais peçonhentos no local. Percebeu-se, também, que os visitantes não têm o mínimo de respeito à natureza, sendo eles os principais causadores dos danos à natureza, transformando o lugar em um grande depósito de lixo. No local, há poucas lixeiras, o que motiva muitas pessoas a deixar o lixo onde ele é usado. Algumas delas eram usadas como churrasqueiras, como foi constatado em uma visita de rotina ao parque em um final de semana. O parque de diversões não oferece segurança para crianças, sendo grande o risco de acidentes no local. Na piscina da cachoeira, não existe salva-vidas treinado nem material especializado para salvamento, o que pode tornar a operação de salvamento muito arriscada, além de ser diagnosticado que o esgoto do local corre a céu aberto e é jogado a poucos metros da queda d'água.

Apesar de possuir uma área que está reservada para camping, ela está muito descuidada, o que torna o pouso na localidade perigoso. Os melhores pousos para servirem de referência para a visita do local estão nas cidades de Rio Verde e Santa Helena de Goiás, sendo que a grande maioria dos turistas que freqüentam o local vem da cidade de Rio Verde.

Analisando o lado administrativo, percebeu-se que os assentados não possuem noção mínima de administração do negócio. Os custos são mais altos que a arrecadação e, o que era para ser lucrativo, tornou-se oneroso para a comunidade, que ainda espera sobreviver do dinheiro arrecadado no local. O que mais chamou a atenção durante as visitas ao local, foi o gasto exorbitante com a comida que é servida, pois o valor cobrado pelo prato de comida não cobre os custos deste mesmo prato.

Apesar de ser uma comunidade, os assentados necessitam de muita orientação. Ainda existe uma pequena queda de braços entre eles, principalmente entre o grupo legitimado na terra e os não legítimos. A divisão da administração ainda é feita descentralizada, tendo a associação que cuida da fazenda e a que cuida do Pólo Turístico, sendo que ambas são muito pequenas e não conseguem levar adiante nenhum dos negócios.

Durante a realização do trabalho, tentou-se fazer com que os assentados se unissem, no intuito de salvar o pólo turístico. A primeira idéia foi a constituição de uma cooperativa, que administraria os negócios da comunidade com o apoio do autor do trabalho. Foram feitas três reuniões, com pouca participação dos assentados, sem chegar a nenhum resultado prático.

A segunda tentativa era a de capacitar um grupo de assentados para que este recebesse noções de administração e, com isso, tivesse um pouco mais de habilidade para administrar o pólo turístico. Essa tentativa também se mostrou falha, pois as disputas entre os dois grupos impediram que se chegassem a um acordo sobre os nomes das pessoas que seriam capacitadas.

Depois de oito visitas, tentativas de chegar a um acordo e muita conversa, chegou-se à conclusão de que o melhor seria que o Pólo turístico fosse desativado ou entregue à Prefeitura Municipal de Rio Verde, pois não haveria condições de os assentados tocarem o negócio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto no texto, percebe-se que o turismo no meio rural, apesar de ser uma atividade geradora de emprego e renda, se não for bem administrada e planejada pode trazer mais problemas do que soluções para os assentamentos.

No caso específico do Pólo Turístico Vale do Cedro, o problema está na forma de como o pólo foi construído e gerido nos anos que se passaram, tanto na gestão da Prefeitura como na gestão dos assentados. A falta de estrutura profissional e disputas no pelo poder no assentamento foram fatores primordiais para o insucesso do empreendimento.

Entretanto, é bom salientar-se de que, apesar do descuido encontrado na última visita, o local pode ser replanejado e voltar a ser lucrativo para a comunidade, pois é um local que atrai muitos visitantes e pode ser explorado com outras atividades, como artesanato e culinária regional.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. A., RIEDL, M. (Orgs) **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1ª Edição. Bauru, EDUSC.

ALMEIDA, J.A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: UFSM (ed.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. cap. 3, p. 57-64.

_____. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. **Ciência e Ambiente: Agricultura, Território e Meio Ambiente**. n. 15, p. 31-49, 1997.

ALMEIDA, M. G. Turismo e novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 2ª Edição.

BAPTISTELLA, H. **Formulação de um programa de marketing de turismo social para o trabalhador**. Tese de doutorado apresentada a FEA/USP, 1982.

CALS, J., CAPELLÀ, J E VASQUÉ, E. **El turismo em desarrollo rural em Espana**. Madri: Ministério de Agricultura, 1995.

CARVALHO, C. L. **Como a indústria do turismo pode ajudar o País a superar as dificuldades econômicas e reduzir nossas desigualdades sociais**. EMBRATUR: Brasília, 2001.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 94-121.

CAZELLA, A. A. Multifuncionalidade agrícola: retórica ou triunfo para o desenvolvimento rural? In: CASTILHO, M. L. & RAMOS, J. M. (orgs.). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão, 2003. p. 81-104.

DALE, P. J., GRAZIANO DA SILVA, J., VILARINHO, C. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J.A., Riedl, M., Froehlich, J. M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Editora UFSM: Santa Maria-RS, 2003. p. 11-47.

DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. IN: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 36. Anais, Poços de Caldas, Sober, v.2, 1998. p.635-645.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual do turismo rural**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Tocantins, 2000**. Rio de Janeiro: FIBGR/IBGE.

FIALHO, M. A. V. & LOVOIS DE ANDRADE, M. **Pluriatividade e estratégias socioeconômicas de agricultores: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm> . Acesso em 11/12/2004.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UFSM (ed.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. cap. 1, p. 11-49.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n° 1, 1997. pp. 43-81.

_____. Agricultura e crescimento econômico. In: _____. **A modernização dolorosa - estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 17-32

OLIVEIRA, A. M.; MOREIRA, A. P. B. S.; TORZO, Â.; SATHLER, E.; PICANÇO, M. C. T. **Eco-turismo e desenvolvimento sustentável**. Faculdade de direito da Universidade Salgado de Oliveira: Niterói, 1997.

OLIVEIRA, L. H. **Turismo rural como estratégia para o desenvolvimento do interior do Brasil**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas-FGV, 1997.

OXINALDE, M. R. **Ecoturismo – Nuevas formas de turismo em el espacio rural**. Barcelona: Bosch, 1994.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n.51, 2003. p.99 - 121.

TEIXEIRA, E. L. **Gestão da qualidade em destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1999.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. 5ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

TROPIA, Fátima. **Turismo no meio rural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

ZIMMERMANN, A, CASTRO, I. C. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

_____. **Turismo no Espaço Rural e Natural**. [on line] 1995. Disponível: <http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm>. [capturado em 15 de setembro de 2004].

**Pluriatividade and tourism in nestings of the Agrarian Reformation: the case of the
Nesting Vale do Cedro.**

SUMMARY

The tourism is an activity that can be used for complementation of job and income in the small properties. When this is a well programmed activity, can bring great benefits for the population of the place where it is implanted. But, when this activity is implanted in a locality without an adjusted planning, it can bring more damage of that benefits for the locality, therefore can desconfigurar the local culture, making with that the principles that had taken the community to adopt the tourist activity if they become irrelevant and the same one adopts this activity as only in its property and not as a complementation of income. This process can make with that this light change the damages, as the loss of identity. This paper intends to show the reality where the activity without structure led to a change in the customs and caused damage for the involved community.

KEY-WORDS

Agricultural Tourism, nestings, local development, pluriatividade.